

O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA AUTOPROVOCADA.

Ariadna Nunes Aguiar Batalha e Lidianny de Lima Cavalcante

RESUMO: Este trabalho parte de uma reflexão teórica tendo como objetivo geral refletir sobre a violência autoprovocada, considerando as lacunas existentes no processo formativo do assistente social, recaindo em sua dimensão técnica-operativa, o que tem se tornado um grande desafio teórico-prático que merece ser problematizado e trazido à baila para discussão, pois ainda é tratado de forma isolada, com pesquisa incipiente e carregado de tabus pela sociedade civil.

Palavras-chave: Questão social; Saúde mental; Violência autoprovocada; Trabalho profissional.

INTRODUÇÃO

A violência autoprovocada é complexa e multifatorial e urge compreender as suas múltiplas causas, no intuito de se delinear estratégias de intervenção na perspectiva da prevenção, pois ainda é tratado de forma isolada, com pesquisa incipiente e carregado de tabus pela sociedade civil.

Este trabalho, fruto de reflexão teórica, objetiva refletir acerca da violência autoprovocada, considerando as lacunas existentes no processo formativo, recaindo na dimensão técnica-operativa da profissão que merecem ser aprofundadas na formação dos assistentes sociais.

Escolheu-se este objeto de investigação, sobretudo pela necessidade de entender o trabalho profissional do assistente social no contexto da violência autoprovocada no campo da saúde mental, buscando identificar os desafios profissionais que surgem nessa realidade e são prementes de intervenção qualificada.

Assim, esse artigo ficou dividido em duas sessões, sendo a primeira que trata da violência autoprovocada como expressão da Questão Social, trazendo elementos que definem essa violência como manifestação da Questão Social e a segunda que traz os desafios para o trabalho do assistente social frente a violência autoprovocada, pois dado as lacunas teóricas no processo formativo, tem-se como desafio a inserção desses profissionais no âmbito da saúde mental haja vista a carência supramencionada que irá desencadear também na dimensão técnico-operativa, logo terá seu trabalho profissional comprometido.

METODOLOGIA

Este estudo é fruto de reflexão teórica que busca articular as categorias: questão social, saúde mental, violência autoprovocada e trabalho profissional com o objetivo de refletir acerca da violência autoprovocada, considerando as lacunas existentes no processo formativo dos assistentes sociais, recaindo, dessa forma, na dimensão técnico-operativa da profissão que merecem ser aprofundadas na formação dos assistentes sociais, e assim, serem criadas bases sólidas para um trabalho profissional comprometido com os sujeitos de direitos dos mais diversos serviços em que persista esse tipo de violência.

A VIOLÊNCIA AUTOPROVOCADA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL.

A saúde mental é considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2014) como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e que necessariamente esse bem-estar significa o indivíduo está ciente de suas próprias habilidades, conseguiu lidar com as tensões normais da vida, trabalhar de forma produtiva além de ser capaz de fazer contribuições à sua comunidade, e em oposição a essa completude vem ocorrendo a violência autoprovocada, fenômeno social, considerado um problema de saúde mental, bastante complexo, multifatorial, e também um grave problema de saúde pública.

Em decorrência disso, no primeiro semestre de 2019, foi sancionada a Lei nº 13.819/2019, instituindo a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio no Brasil (PNPAS) e posteriormente o Decreto nº 10.225/2020 em que institui o Comitê Gestor da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio que regulamenta a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio e estabelece normas relativas à notificação compulsória de violência autoprovocada, o que veio representar uma grande conquista para o país.

A violência autoprovocada é entendida pela Lei nº 13.819/2019-Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio no Brasil- como o suicídio consumado; a tentativa de suicídio e o ato de automutilação, com ou sem ideação suicida.

Dito isso, segundo dados do Boletim Epidemiológico produzido pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, no período de 2011 a 2016, considerando somente a ocorrência de lesão autoprovocada, identifica-se 48.204 (27,4%) casos de tentativa de suicídio no Brasil, sendo 33.269 (69,0%) em mulheres e 14.931 (31,0%) em homens. Ainda, consoante o ¹Banco de Dados sobre o Suicídio no Estado do Amazonas entre os anos de 2017 a agosto de 2020, registrou-se em Manaus 95 tentativas de suicídio em homens e 1.904 casos em mulheres.

¹ Dados coletados da Palestra sobre Suicídio nos Municípios do Amazonas: tentativa de suicídio nos municípios do Amazonas referente a Campanha: Setembro Amarelo: os impactos da pandemia na saúde mental dos trabalhadores saúde mental Manaus/AM, 2020 proferida pela Vera Lúcia Ferreira de Queiroz.

O relatório da OMS intitulado *Prevenção do suicídio: um imperativo global*, de 2014, recomenda que cada país desenvolva e reforce estratégias de prevenção de abordagem multissetorial ao suicídio, com alta prioridade na agenda global de saúde pública (WHO, 2014).

Vale destacar que segundo a Organização Pan-Americana da Saúde OPAS/OMS:

Os determinantes da saúde mental e transtornos mentais incluem não apenas atributos de cunho individual, como administrar os pensamentos, as emoções, os comportamentos e as interações com outras pessoas, mas também os fatores sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais, como as políticas nacionais, a proteção social, padrões de vida, as condições de trabalho e o apoio comunitário. (OMS/OPAS, 2020, online)

Em harmonia a estes determinantes de saúde mental e transtornos mentais, destaca Iamamoto (2001, p.27) como “Questão Social o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura [...]”, “desigualdade que remonta o processo de formação sócio histórica do país, onde o moderno se constrói por meio do arcaico” (IAMAMOTO, 2001, p.37) onde coexistem o velho com o novo, radicalizando ambos. Nesse sentido, urge identificar as expressões da questão social em sua particularidade no país e os processos que as reproduzem” (IAMAMOTO, 2013).

Também, Netto (2009, p. 157) destaca que:

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornando potência dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se a segunda.

Nesse sentido que “a “questão social” [...]tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital” (NETTO, 2009, p.158), tem a ver com a contradição das forças produtivas e de suas relações de produção -apropriação do excedente e da decisão privada de sua destinação (NETTO, 2009).

Posto isso, tem-se apresentado nesta sociabilidade burguesa erguida sob os auspícios do capital, a violência autoprovocada, seja o suicídio consumado, a tentativa de suicídio e o ato de automutilação, com ou sem ideação suicida, que vem exigindo de todos, sociedade, estado e poder público, atenções voltadas para o fenômeno ora apresentado.

Portanto, mesmo diante de avanços preconizados pela Constituição Federal de 1988 e legislações correlatas² acerca da Saúde, enquanto direito social, ainda persiste em nossa sociedade altos índices de violência autoprovocada, seja a nível local quanto mundial, mesmo que essa política pública tenha ganhado status de direito³, de caráter universal enquanto condição de cidadania ainda precisamos desvelar esses números crescentes e colocar esse tipo de violência em estudo aprofundado na academia, instigando reflexões, munindo os profissionais de conhecimento teórico-prático e assim, resulte em enfrentamentos qualificados dessa demanda premente de intervenção.

DESAFIOS PARA A TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE A VIOLÊNCIA AUTOPROVOCADA.

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, tendo como matéria-prima de seu trabalho a Questão Social e suas múltiplas expressões. (IAMAMOTO, 2008). Como especialização do trabalho coletivo, busca soluções à pluralidade de questões que lhes são colocadas, inclusive da violência autoprovocada que à luz das dimensões teórico-metodológica, técnica-operativa, ético-política, investigativa e formativa buscam estabelecer uma unidade entre essas dimensões da profissão. (Guerra, 2017)

Segundo Guerra (2007) a dimensão teórico-metodológica possibilita uma escolha comprometida dos subsídios teóricos e de um método para além da imediatividade cotidiana, associadas a dimensão investigativa onde se faz a crítica ontológica do cotidiano, ancorados na dimensão ético-política a qual preocupa-se com os valores e com a direção social imposta por eles, dimensões essas que se articulam estreitamente à dimensão técnico-instrumental, sendo materializadas tão somente por uma formação

2 Embora a Constituição Federal de 1988 tenha colocado a saúde como integrante da Seguridade Social (Saúde, Assistência Social e Previdência social) e tenha a partir dela, a saúde adquirido status de direito social de acesso universal e igualitário, outras legislações também são importantes para a compreensão da referida política: Portaria nº 221/ 1992 que cria os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), a Portaria nº 336/2002, que amplia a abrangência e o funcionamento dos CAPS e a Portaria nº 3.088/2011 que institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para pessoas em sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de álcool e/ou outras drogas, segundo Foschates e Emmanuel-Tauro (2018).

3 A saúde ganha maior visibilidade na Constituição Federal de 1988, adquirindo status de direito social, sendo localizada no capítulo II, seção II, dos artigos 196 a 200.

profissional qualificada, que permitirá a feitura das mediações necessárias bem como a escolha dos instrumentos, métodos e técnicas inescusáveis a uma intervenção comprometida com os usuários.

A dimensão formativa referenciada nas Diretrizes Curriculares para os Cursos De Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996) aponta três núcleos de fundamentação da formação profissional que são os fundamentos teórico-metodológicos da vida social, os fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e por fim os fundamentos do trabalho. Esses núcleos englobam conhecimentos e habilidades que se traduzem em matérias, que são conhecimentos necessários à formação profissional, que por sua vez se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares.

À vista disso, os conteúdos necessários à formação de bacharéis em Serviço Social não trazem à baila conhecimentos sobre violência, tampouco aquela autoprovocada, o que acarreta lacunas à formação profissional e conseqüentemente ao arsenal técnico-operativo para o seu trabalho.

Segundo Cardos e Doi (2017, p. 53)

A noção de uma formação de caráter teórico-prático é um grande desafio ao pensarmos a forma como as disciplinas incorporarão a discussão da intervenção profissional em sua transversalidade, assim como, a dimensão investigativa e a ética. Tal apreensão, no entanto, não descarta a necessidade do tratamento de elementos específicos do cotidiano do trabalho profissional em disciplinas específicas, bem como, em nosso entender, não suprime a necessária discussão e ensino da apropriação de instrumentos e técnicas que compõe o conjunto de atividades demandadas ao assistente social em seu cotidiano.

E pensar a violência, enquanto expressão da Questão Social reflete a complexidade existente entre a contradição inerente ao capital X trabalho que necessita de estudo, reflexão e combate que desvelem essa categoria que tem ganhado variadas facetas nos intensos processos de desigualdades presentes nessa lógica capitalista, próprias dessa estrutura de sociedade que se produz e instrumentaliza sua reprodução.

Assim, desocultar o cotidiano é um procedimento intelectual imprescindível para questionar a concepção instrumental da intervenção profissional (GUERRA, 2017) mas para isso deve ser contemplado no processo formativo disciplinas que iluminem as demandas historicamente postas, a luz do método materialista histórico e dialético que

permitam ultrapassar “o pronto e acabado”, interpretando e analisando a situação historicamente dada, e para Iamamoto (2001) o assistente social precisa decifrar a realidade de atuação, não apenas a partir das problemáticas, mas sobretudo a partir do seu compromisso efetivo junto aos sujeitos sociais, atores de uma sociedade em constante transformação.

Guerra (2017, p.21) nos diz,

[...]ser necessário acionar uma racionalidade que permita desenvolver uma instrumentalidade inspirada na razão dialética, capaz de construir novas competências e legitimidades, que permita ao profissional dar novas respostas qualificadas em oposição as tradicionais respostas instrumentais, de maneira comprometida com valores de uma sociedade emancipada.

Nesse sentido que a violência autoprovocada, enquanto expressão da Questão Social tem se mostrado na atualidade em forma de autoagressões, automutilações, tentativas de suicídio consumado ou resultado em ferimentos, fato comprovado pelos boletins epidemiológicos e os dados produzidos pelo Ministério da Saúde e OPAS/OMS. Inclusive figura na Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, como “estratégia permanente do poder público para a prevenção desses eventos e para o tratamento dos condicionantes a eles associados” (BRASIL, 2019, p.1).

Mesmo com o avanço de legislações e das atenções voltadas para o assunto em epígrafe, ainda se percebe que a violência autoprovocada permanece como um grave problema de saúde pública, necessitando ser desvelada as suas causas materiais no intuito de mitigar os seus danos e para isso é preciso que esse tipo de Violência seja estudada de forma perscrutada e cabe a academia propiciar momentos de reflexões e leituras que adensem essa discussão e que os profissionais de Serviço Social se vejam efetivamente como habilitados para integrarem equipes interdisciplinares e ocupar esses espaços de trabalho, que tanto carecem de sua formação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios colocados ao trabalho do assistente social perpassam em refletir sobre o perfil profissional crítico imbuído de competência teórica-metodológica, ético-política, técnico-operativa, investigativa e formativa capaz de realizar escolhas comprometidas

com os usuários dos serviços, efetivando sua ação de forma criativa e propositiva no cotidiano profissional.

Em razão disso, é fundamental se formar profissionais capazes de desenvolver suas ações com competência, o que torna imperativo enriquecer o debate acerca da formação profissional, construindo estratégias de resistência diante dessa lógica mercadológica do capitalismo, presente em diferentes aspectos do trabalho e da formação profissional.

Por conseguinte, o aumento da violência autoprovocada, expressão da Questão social na atualidade, marcada pela ausência de saúde mental, tem se mostrado plena de desafios, seja devido uma formação carente desse conteúdo, seja pela fraca articulação necessária entre as dimensões acima citadas, haja vista serem imprescindíveis uma unidade indissolúvel para o profissional do Serviço Social.

Essa carência no processo formativo, associadas aos tabus nos meios sociais acerca da violência autoprovocada- o suicídio consumado, a tentativa de suicídio e o ato de automutilação, com ou sem ideação suicida- e os números crescentes que se mostram, ratificam a necessidade de qualificação teórico-prático-ético que garanta a autoimagem da profissão terreno sólido para a sua consolidação pois a política de saúde mental constitui locus de trabalho para o assistente social, entretanto precisa ser conquistado cotidianamente, haja vista ainda não ser reconhecida como um espaço de trabalho do assistente social.

Portanto, é necessário que se trate de elementos específicos do cotidiano do trabalho profissional em disciplinas próprias para que possamos ter profissionais preparados e que respondam criticamente às demandas que se apresentam em seu exercício profissional e sejam propensos a desvelarem as inúmeras expressões da Questão Social, em especial, a violência e suas diferentes faces que se apresentam sob a égide do capitalismo em expansão.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de Nov. de 1996).

In: Cadernos ABESS N° 7 - Formação profissional: Trajetos e Desafios. São Paulo: Cortez, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. Vigência. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 26 abr. 2019. Seção 1, p. 1.

_____. Secretaria de Vigilância em Saúde – Ministério da Saúde. Suicídio: saber, agir e prevenir. Boletim Epidemiológico, Brasília, v. 48, n. 30, 2017. Disponível em: <<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/21/2017-025-Perfil-epidemiologico-das-tentativas-e-obitos-por-suicidio-no-Brasil-e-a-rede-de-atencao-a-saude.pdf>> Acesso em: 03 out. 2020.

CARDOS, Priscila Fernanda Gonçalves; DOI, Doroth de Assis Schimidt. Reflexões sobre a dimensão técnico-operativa na formação em serviço social. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 17, n. 33, jan./jun. 2017. p. 41-60.

FOSCACHES, D. A. L.; TAURO, D.V-E . As atuais políticas de saúde mental no Brasil: reflexões à luz da obra de Cornelius Castoriadis. Mental (Barbacena) versão online, v. 12, p. 90-112, 2018.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Org.). A Dimensão Técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2017. p. 49-76.

_____. O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 91, São Paulo: Cortez, p. 5-33, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e Formação profissional, 4ª ed. Cortez, São Paulo 2001.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 7ª.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Determinantes Sociais e Riscos para a Saúde, Doenças Crônicas Não Transmissíveis e Saúde Mental. Uma pessoa morre por suicídio a cada 40 segundos, afirma OMS. [internet]. Disponível em:

<https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6017:suicidio-uma-pessoa-morre-a-cada-40-segundos-afirma-oms&Itemid=839> Acesso em: 03 out. 2020.

QUEIROZ, Vera Lúcia Ferreira de. Palestra sobre Suicídio nos Municípios do Amazonas: tentativa de suicídio nos municípios do Amazonas. In: Campanha: Setembro Amarelo: os impactos da pandemia na saúde mental dos trabalhadores saúde mental Manaus/AM, 2020 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hTwbBTsM0EQ&feature=youtu.be>>. Acesso em: 26 set. 2020.

SIQUEIRA, Andreia Conceição. Serviço Social e Violência sexual: reflexões a partir do trabalho da rede de atenção a violência sexual de Diadema. 2009. 169f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) –Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Preventing suicide: a global imperative. Geneva: WHO, 2014.